



Exmo. Senhor
Dr. João Bezerra da Silva
Chefe do Gabinete da Ministra Adjunta
e dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
793 ENT. 1590	13-4-2023	N.º: 1420 ENT.: 2120 PROC.: 01.02.01 (PS)	11-5-2023

Assunto: Pergunta n.º 1463/XV/1.^a de 12 de abril de 2023 (PS)

Encarrega-me o Senhor Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, na sequência da Pergunta n.º 1463/XV/1^a, de 12 de abril de 2023, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que versa sobre a integração das Direções Regionais de Cultura nas Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR), de prestar os seguintes esclarecimentos:

O decreto-lei que procederá à integração dos serviços periféricos do Estado nas CCDR e que altera a respetiva orgânica, procede, no que concerne à área governativa da Cultura, à integração das Direções Regionais de Cultura (DRC) nas CCDR, na parte referente *ao apoio às iniciativas culturais de carácter não profissional, bem como à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural nas zonas de proteção de imóveis classificados, ou em vias de classificação, com exceção das zonas de proteção de imóveis classificados, ou em vias de classificação, afetos à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).*

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, de 14 de dezembro, aprovou um cronograma para a conclusão desse processo, o qual, na área da Cultura, é ajustado à reorganização da DGPC, que é um objetivo inscrito no Programa do XXIII Governo Constitucional e prioridade desta área governativa. Daqui resulta que, até que se concretize a reorganização da DGPC, não ocorrerá a transferência de atribuições e competências das DRC para as CCDR.

As restantes atribuições e competências das DRC que não estão previstas transitar para as CCDR (designadamente as referentes à gestão direta de museus e monumentos e à afetação indireta de monumentos) transitarão para o organismo que suceder à DGPC e para a administração local, no âmbito do processo de descentralização já iniciado e tendo presente a necessária conciliação de uma política de âmbito nacional com uma gestão de proximidade, respetivamente.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Vasco Casimiro